



XVIII

Congresso Brasileiro de
Direito Previdenciário

S A L V A D O R 2 0 2 4

IBDP20  anos
Instituto Brasileiro de *Direito Previdenciário*

AVANÇOS E CONTRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DO IBDP PARA A EVOLUÇÃO DA PREVIDÊNCIA

ADRIANE BRAMANTE @ADTRIBRAMANTE





- IBDP em audiências públicas no Senado Federal para discutir os temas da reforma previdenciária.

A woman with blonde hair, wearing a dark blazer over a patterned shirt, is speaking into a microphone at a podium. The background is dark. A lower-third graphic is visible at the bottom of the frame.

JANE LÚCIA WILHELM BERWANGER
Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário

22/05/19 www.camara.leg.br/webcamara | 0800 619 619



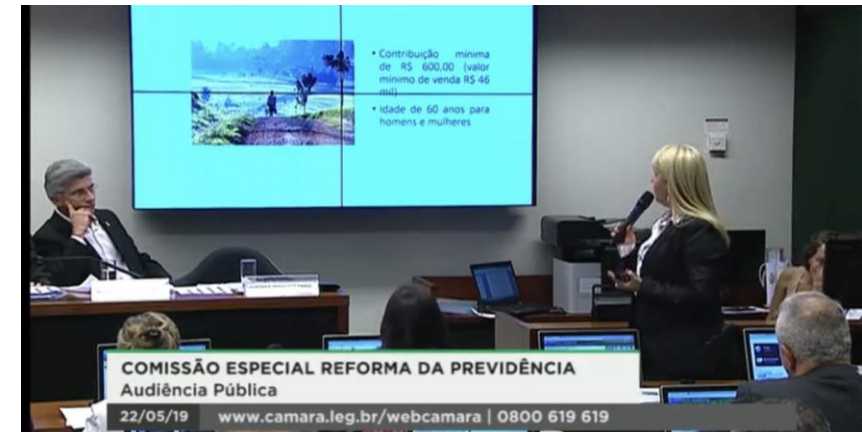
#tbt O IBDP NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

04/05/2017

Marcelo Barroso Lima Brito de Campos, Conselheiro Consultivo do IBDP, participa de audiência pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara



"Hoje, a aposentadoria por invalidez do servidor público já padece de um problema sério, porque tem, dependendo da causa da invalidez, proventos integrais ou não. Se decorrente de acidentes civis, moléstia grave contagiosa profissional incurável, a pessoa tem proventos integrais. Caso contrário, os proventos serão proporcionais. Isso já é um acinte ao próprio instituto da aposentadoria por invalidez. Significa que a pessoa não tem condições, ela não escolhe ficar inválida e muito menos a causa

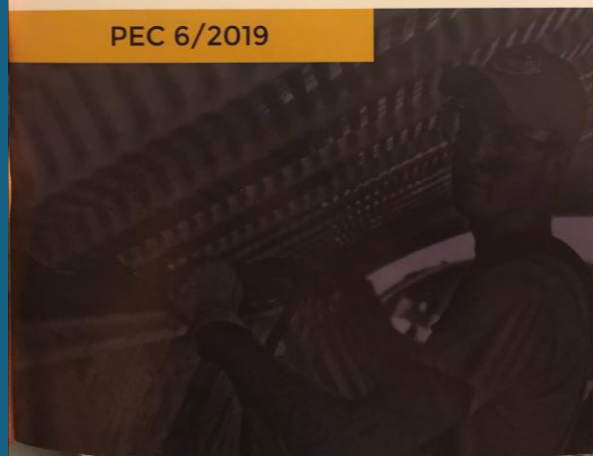




NOTA TÉCNICA

APOSENTADORIA ESPECIAL

PEC 6/2019



ADRIANE BRAMANTE LADENTHIN
Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP)



**22 E 23
DE JUNHO**

Atuação IBDP
I JORNADA DE DIREITO DA
SEGURIDADE SOCIAL/ CJF



**Confira a participação do IBDP na I
Jornada de Direito da Seguridade Social** ➔



**22 E 23
DE JUNHO**

Atuação IBDP
I JORNADA DE DIREITO DA
SEGURIDADE SOCIAL/ CJF



**Presidência e alguns dos coordenadores
IBDP presentes no evento!** ➔



TNU PUIL 301

Processo: 0501240-10.2020.4.05.8303

Tese firmada: “Tese firmada: I- Para a aposentadoria por idade do trabalhador rural não será considerada a perda da qualidade de segurado nos intervalados entre as atividades rurícolas.

II - A condição de segurado especial é descaracterizada a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da extrapolação dos 120 dias de atividade remunerada no ano civil. Lei 8.213 art. 11§ 9º, inc. III

III - Cessada a atividade remunerada referida no item 2 e comprovado o retorno do trabalho do segurado especial na forma do artigo 55 § 3º, o trabalhador volta a se inserir imediatamente no inc. VII do artigo 11 da lei 8.213, ainda que no mesmo ano civil.”.

Responsável pela atuação judicial: Jane Lucia Wilhelm Berwanger
Sustentação Oral: Jane Lucia Wilhelm Berwanger

DECISÃO: STJ garante atividade especial para vigilantes com ou sem uso de arma de fogo



/institutobrasileiro.direitoprevidenciario



@ibdpcomunicacao



@ibdpcomunicacao



IBD
Instituto Brasileiro
Direito Previdenciário



TNU

Processo nº 0072880-17.2013.4.01.3800

Relatora: Juíza Federal POLYANA FALCÃO





Tese da **conversão do tempo especial para servidores públicos** é julgada pelo STF

Por 6x1, o STF julga o **Tema 942**, no qual o IBDP atuou como *amicus curiae*, confirmando a possibilidade de conversão de tempo especial em comum, em favor dos servidores públicos.



ATUAÇÃO IBDP
amicus curiae

EM PAUTA

TEMA 1083 STJ

Possibilidade de reconhecimento do exercício de atividade sob condições especiais pela exposição ao agente ruído, quando constatados diferentes níveis de efeitos sonoros, considerando-se apenas o nível 1) máximo aferido (critério "pico de ruído"), 2) média aritmética simples ou, 3) Nível de Exposição Normalizado (NEN).

Diretor IBDP responsável: Diego Henrique Schuster

Sustentação Oral: Adriane Bramante





IBDP
EM AÇÃO

Diretoria parlamentar do IBDP se reúne em Brasília com o Senador Paulo Paim para diversas pautas, dentre elas o PLP 245/19 (aposentadoria especial) e o 4830/20 (destaque dos honorários na via administrativa).

- DIRETORIA DE ATUAÇÃO PARLAMENTAR NA CONSTRUÇÃO DE TEXTOS, EMENDAS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NOS PROJETOS:
- 1) PLP 245/2019 E PLP 42/23
- 2) PL 4830/20



IBDP
EM AÇÃO

Instituto Brasileiro de
Direito Previdenciário
em ação no Senado



IBDP
news

PL 4491/21 sobre os honorários periciais; O IBDP em conjunto com IBPM propõe requerimento que leva o projeto direto ao plenário, colhendo todas as assinaturas necessárias.



IBDP
news

APROVADO!
PL 4491/2021





IBDP
EM AÇÃO

Ação do IBDP foi importante
para a **derrubada da**
MP 1045/2021

IBDP em AUDIÊNCIA PÚBLICA



IBDP, o instituto que te representa.

Portaria nº 1.351, de 14 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação, homologa o Direito Previdenciário na grade curricular das faculdades de direito e, por consequência, nos exames de ordem, aprovado na Sessão Pública de 4 de outubro de 2018.

O IBDP participou ativamente desse projeto.

